Ata do Conselho Consultivo do Revis Banhado do Maçarico

A reunião foi iniciada as 8:30hs do dia 24 de fevereiro de 2021 pelo senhor Luciano Soares, estando presentes Nema, Agapan, Esec Taim, Federarroz, Associação Proprietários e Moradores do Banhado do Maçarico, Sindicato Rural de Rio Grande, Sindenergia e UFPEL. Esclarece que a não houve convocação e sim um convite para o conselho, pois o mesmo fez tinha suas dúvidas quanto a sua validade em função do assunto decreto de recategorização. Mas o assunto foi esclarecido de que valia o conselho, tomando como base o efeito suspensivo, seria uma reunião oficial do conselho consultivo do Revis Banhado do Maçarico. Segundo a conselheira Alini, pela data do protocolo do efeito suspensivo, ainda não tinha uma decisão sobre isso a validade do efeito. Então foi de consenso que esse, “no momento” seria um grupo ligado a UC que estava discutindo os assuntos referentes a ela. Eduardo faz uma referência ao termo de referência do parque eólico que será discutido no conselho e sua relação com o município de Rio Grande. Paola faz referência aos dois assuntos da reunião, e faz uma observação que o conselho tem que ter claro o que tem a ver com o empreendimento eólico e o Revis Banhado do Maçarico distinguindo o que é o empreendimento e ser processo de licenciamento. Eduardo faz referência aos impactos do empreendimento e as rotas migratórias e pede o cuidado que esse processo não seja algo atropelado que venha a causar transtornos aos proprietários posteriormente. Jorge também faz referência aos impactos que o empreendimento venha a causar e sua relação com os proprietários da região e suas atividades. Thiago questiona se esse termo de referência não deveria ser encaminhado pelo órgão licenciador, visto que o mesmo foi encaminhado pelo empreendedor. Luciano coloca que o nosso papel é colocar no TR as questões que queremos que sejam respondidas na relação do parque com a Unidade de Conservação. Eduardo coloca que o TR tem vértices que estão errados. Adriano se apresenta como biólogo, consultor ambiental, cuja empresa faz parte do sindienergia, justificando sua indicação para o conselho. Acrescenta ser ele o consultor responsável pelo TR e começa a esclarecer que estamos pedindo junto a FEPAM a aprovação do termo. Quando o empreendimento é por EIA os termos de referência não são “padrão” e precisam ser aprovados pelo órgão licenciador que no caso esta fazendo uma consulta a UC por ela ser diretamente afetada, ainda que o empreendimento respeite os limites da UC. Faz esclarecimento que a LP dada ao empreendimento licencia uma área de estudo proposta, os estudos para a obtenção de LI é que deverão haver a localização exata do empreendimento. Os estudos para a LP apontam a viabilidade do empreendimento. Sendo viável, quais áreas dentro daquela grande área são passiveis de receber as torres de aerogeração. Cita como exemplo outro empreendimento eólico em São José do Norte. Segundo ele é melhor para o ambiente, se defina as áreas que são frágeis e as áreas que podem receber o parque dentro daquela grande área, para então os engenheiros trabalharem no “layout” do empreendimento. Eduardo coloca que ficou apreensivo por Adriano, podendo haver um conflito de interesses, e Adriano coloca que não se posicionará quanto a esse assunto. Eduardo acrescenta que esse processo já deve estar parcialmente desenhado pelos projetistas, em torno de 80%. Ana Carolina questiona se o empreendimento atinge a ZA da Esec Taim, e acrescenta que ninguém da UC foi chamado para participar da discussão do TR. Thiago coloca que seria interessante que o Taim fosse consultado, pela proximidade do empreendimento. Pergunta se esse era o documento final que aponta que as coordenadas estão invertidas e algumas idênticas. Vê dificuldade de analisar a localização do empreendimento devido a esses erros. Faz observação quanto ao tamanho do parque e sua relação com a altura das torres. Kleber pede uma melhor organização da reunião, pois não esta entendendo onde queremos chegar com essa reunião. Para ele essa reunião é uma apresentação do TR e ainda não tem uma posição clara sobre o assunto. Ele não quer que essa reunião seja uma aprovação legal do conselho. Luciano respondendo ao Kleber e demais que o objetivo da UC é que o conselho contribua com questões que devam constar no EIA e que não constam no documento apresentado. Paola acrescenta que dentro do fluxo de licenciamento, o TR vai orientar o empreendedor nos estudos para que de posse desse documento possa haver uma avaliação dos impactos do parque na Unidade de Conservação. Thiago aponta que esse TR deve ser elaborado junto com o Plano de Manejo, e faz referência a aprovação ao PL de recategorização. Rafael da UFPEL coloca que entendeu o ponto da reunião, e apresentou suas contribuições ao TR. Questiona as rotas das linhas de transmissão, onde passarão; Ressalta a importância das manchas de vegetação nativa e sua preservação, cita importante saber a distância dos aerogeradores quanto a margem dos banhados, principalmente a oeste. Coloca-se que ficou preocupado com a proximidade das torres com a lagoa Caiubá. Coloca a importância dos arrozais e o deslocamento das aves no sentido leste-oeste. Cita outros parques eólicos já instalados no mesmo contexto do parque em questão, como parâmetro para, a partir do monitoramento dos mesmos, dimensionar os impactos para esse parque. Segundo ele as rotas migratórias de longa distância são mais difíceis de dimensionar que as rotas locais. Carol questiona o prazo para encaminhamento das manifestações das instituições para o TR. Adriano coloca que há um erro no documento encaminhado, e que irá encaminhar pelo e-mail os arquivos shape e KML para o grupo, para que todos vejam exatamente onde as poligonais estão inseridas. Coloca que a sua empresa trabalho no zoneamento eólico em conjunto com a Sema e que esse documento já considerou as Unidades de Conservação da região. E que na disposição das poligonais já foram consideradas as áreas mais favoráveis. Coloca que a empresa já esta no campo fazendo o monitoramento, com uma nova ferramenta nova bastante elogiada, para saber as rotas migratórias das aves. Coloca ainda que no entorno da lagoa Caiubá já foi excluída, assim como as áreas de vegetação natural já foram consideradas e que a ideia é que todos os aerogeradores sejam instalados em áreas de lavoura e sem inviabilizá-las. Também serão usados somente os acessos já existentes. Salienta que os proprietários tem a preocupação de manter suas atividades agropecuárias. Finalizando sua fala comprometeu-se em encaminhar os shapes em kml. Luciano propõe como encaminhamento que os integrantes do conselho encaminharão suas contribuições e contribuições até 10 de março. Daniela faz uma pequena argumentação sobre a Resolução Consema 433/2020 que trata do licenciamento de empreendimentos eólicos. Aponta o parque eólico do Senandes e seus equívocos. Enaltece o processo atual que esta sendo discutido dentro do conselho, e faz a relação do projeto conceitual e seu cruzamento com o mapa de sensibilidade ambiental. Renato aponta que ao sul a Esec Taim é mais atingida que o Banhado do Maçarico. Pede para o grupo fazer um esforço maior sobre o PL de recategorização e pede a leitura do documento. Adriano faz uma última colocação sobre o empreendimento, referente à linha de transmissão, destacando que essa não tem outra opção, sendo esse o traçado final. Esse é um problema antigo, nesse local chegam nesse local, não há alternativa. Luciano muda a pauta para o PL explanando que o mesmo foi elabora dentro da Divisão e posteriormente foi repassado a Associação dos Moradores e Proprietários do Banhado do Maçarico. Nesse momento fará a apresentação dessa versão com as considerações da Associação para apreciação do grupo. Alini faz uma observação quanto às alterações realizadas no art. 5º referente às intervenções no interior da UC. Renato faz uma observação sobre o art. 4º e também sobre a realização de novas instalações na área, prevendo que num futura algumas propriedades poderiam ser divididas/fracionadas, o que poderia tornar necessário à realização de novas construções. Thiago questiona como uma propriedade será definida como fora dos objetivos de conservação da UC, abrindo caminho para a desapropriação. Paola esclarece que isso será no plano de manejo. Fala também sobre os objetivos de existência do Banhado do Maçarico quanto a garantir a manutenção do uso das propriedades, sendo que para ela o objetivo seria compatibilizar a conservação com os usos. Renato justifica por tudo que envolveu o processo de recategorização. Posteriormente, questiona quando o PL será encaminhado por parte da Sema. Paola coloca que devemos abrir um Proa com toda a documentação e enviar para a direção do Departamento. Coloca as mudanças que estão ocorrendo dentro da Secretaria, com um interino na gestão e a indefinição de quem irá assumir a Sema. Renato pede a cópia da moção encaminhando pelo conselho pedido a recategorização, para iniciar um movimento paralelo buscando dar celeridade ao processo. A minuta foi aprovada pelo grupo e a reunião foi se encaminhado para o final.